



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640242 - SP (2021/0014063-8)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : GUSTAVO FUSCO FERREIRA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : GILSON BATISTA TAVARES JUNIOR - SP297220  
JOSE ANTONIO GOMES DOS SANTOS JUNIOR - SP217318  
GILSON BATISTA TAVARES NETO - SP404760  
GUSTAVO FUSCO FERREIRA - SP411369  
DENISIA APARECIDA GONÇALVES - SP415273  
RAFAEL GARCIA MORAIS - SP419500  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GELSON SAMPAIO BENTO (PRESO)  
**PACIENTE** : GELSINO SAMPAIO BENTO (PRESO)  
**CORRÉU** : CHOW CHENG HUO  
**CORRÉU** : JOSE MARIA DOS SANTOS SILVA  
**CORRÉU** : RODRIGO JEFFERSON PUPO BÁRBARA  
**CORRÉU** : THIAGO MELO DOS SANTOS  
**CORRÉU** : DANIEL DA SILVA CARU  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GELSON SAMPAIO BENTO e GELSINO SAMPAIO BENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2003496-71.2021.8.26.0000).

Os pacientes encontram-se presos preventivamente pela suposta prática do delito previsto no art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c o art. 61, inciso II, alínea “j”, e art. 62, inciso I, na forma do art. 29, *caput*, todos do Código Penal.

Os impetrantes sustentam que não haveria indícios mínimos de autoria e materialidade em desfavor dos réus.

Alegam não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar dos acusados.

Ponderam que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Defendem que deve ser deferida a pretensão de forma a diminuir as consequências advindas do contágio pela covid-19 nos termos da Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Requerem, liminarmente, que sejam revogadas as prisões preventivas dos pacientes, aplicando-lhes medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ*

originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão foi fundamentada.

No ponto, colhe-se da decisão combatida (e-STJ fls. 134-137):

[...]

Na hipótese sob exame, tem-se que os pacientes tiveram as suas prisões preventivas decretadas pela suposta prática do crime de homicídio.

Segundo a denúncia, em 03 de setembro de 2020, na Cidade de Cosmópolis, Rodrigo Jefferson Pupo Barbar e Thiago Melo dos Santos, vulgo “Gordão”, em conjugação de esforços e unidade de desígnios entre si, mediante paga ou promessa de recompensa, utilizando de recurso que dificultou a defesa da vítima, mataram Christian Amâncio da Cruz, mediante diversos disparos de arma de fogo.

O aditamento à denúncia, admitido pelo Juízo, aponta Gelson Sampaio Bento, Gelsino Sampaio Bento e Chow Cheng Huo como mandantes, diretamente interessados e beneficiados pelo crime, bem como o envolvimento de José Maria dos Santos Silva, que intermediou a contratação dos executores, além de efetivar a promessa de recompensa, com a entrega

*da vantagem após a consumação do crime.*

*A decisão que recebeu o aditamento à inicial e decretou a prisão preventiva dos pacientes foi assim fundamentada:*

*[...]*

*Como se verifica, inexistente qualquer ilegalidade na referida decisão, pois o crime praticado, em análise concreta, é de extrema gravidade.*

*Assim, a decisão que decretou a prisão preventiva está devidamente fundamentada, em total consonância com os artigos quinto e 93, inciso IX, da Constituição Federal.*

*Registra-se ainda que eventuais predicados pessoais dos pacientes, como ser possuidores de residência fixa e manter ocupação lícita, não se afiguram suficientes a afastar a prisão preventiva, especialmente quando verificada como no caso, a necessidade da prisão processual.*

*Não se olvida da Recomendação 62, de 17/03/2020, do CNJ, que trata da pandemia de “covid-19” e prevê algumas medidas como a reavaliação de prisões provisórias, nos termos do artigo 316 do CPP, para indivíduos em situação de vulnerabilidade, como idosos, bem como modificações nos prazos de saída temporária e possibilidade de concessão de prisão domiciliar a pessoas presas em regime aberto e semiaberto, bem como a pessoas com diagnóstico suspeito ou confirmado da doença.*

*Ademais, como se vê, não há recomendação para a soltura automática de presos, ainda que sejam pessoas do grupo de risco.*

*E, no caso dos autos, os elementos concretos mencionados alhures denotam a necessidade de manutenção da custódia cautelar dos pacientes.*

*No mais, convém destacar que, para melhor análise da pretensão deduzida e elucidação dos fatos necessária se faz a vinda das informações prestadas pela autoridade apontada coatora.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência